

**FORMAÇÃO DO PROFESSOR POLIVALENTE E SABERES
DOCENTES NA ESCOLA PÚBLICA.** Vanda Moreira Machado Lima (FCT/
Presidente Prudente).

No resgate do nosso passado, da nossa história, notamos o enorme atraso e débito que temos com uma educação pública para todos os brasileiros. No entanto, precisamos considerar que essa escola apresenta-se, efetivamente, num processo recente e em construção, afinal historicamente temos mais de cinco séculos de descobrimento e, aproximadamente, apenas um século de escola pública. Mesmo recente, tem apresentado alguns avanços.

O processo de democratização do ensino propiciou o direito à educação para todos, fato apontado pelos professores pesquisados como um avanço da escola pública. Contudo, é importante ressaltar que a educação tornou-se pública e direito de todos, “não porque a burguesia assim a inscreveu nas suas constituições e nas Declarações dos Direitos do homem. A instrução tornou-se pública e direito de todos porque todos participaram das lutas no interior das quais ela foi trazida, a partir das quais ela foi criada” (LOPES, 1982, p.7). O número de alunos com acesso ao Ensino Fundamental público no Brasil, atualmente, é muito superior aos dados que temos registrado ao longo de toda nossa história.

Fica evidente, que a democratização significou um avanço na qualidade da escola pública, afinal a “a escola pública para poucos no passado, cedeu lugar à escola para muitos, no presente. Não há a menor dúvida de que esta expansão é um avanço democrático essencial” (LEITE e DI GIORGI, 2004, p. 136). Entretanto, esta ampliação quantitativa não veio acompanhada de medidas e de ações essenciais que garantissem a melhoria qualitativa do ensino.

Segundo Monlevade (1997), a mudança da paisagem humana nas salas de aula exigiu novas políticas públicas de ação social nas escolas, como merenda, uniformes, materiais escolares, livros didáticos, transporte escolar e os diversos atendimentos odontológicos, fonoaudiológicos, psicopedagógicos e psicológicos. Esses aspectos foram considerados pelos professores pesquisados como avanços. Paro (1995) destaca-os como atendimentos necessários numa sociedade, como a brasileira, em que grande parcela da população trabalhadora recebe remuneração menor que o necessário para a subsistência da família.

O processo de organização e participação da sociedade civil e dos educadores na luta pela escola pública se fez presente em diversos momentos

históricos, com destaque para a elaboração da LDB 9.394/96, que concretizou algumas propostas na direção da qualidade da escola pública.

Consideramos um avanço a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola. Ela representou o aumento da carga horária do Ensino Fundamental para oitocentas horas anuais, distribuídas num mínimo de duzentos dias letivos com quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, além da possibilidade de implantação progressiva do tempo integral. “Considerando-se que o tempo de permanência na escola é, por vezes, decisivo para o sucesso das crianças, em especial aquelas das famílias de baixa renda, essa ampliação resulta um avanço diante da situação vigente” (SAVIANI, 1997, p. 210).

A obrigatoriedade do ensino da história da África e da cultura afro-brasileira em todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio, através da Lei nº 10.639/2003, também é um avanço. Essa abordagem tem como objetivo fortalecer a identidade do aluno negro excluído e marginalizado na sociedade e no ambiente escolar, e também “desenvolver no conjunto dos alunos uma compreensão e uma atitude de combater o racismo, as discriminações de qualquer tipo, inclusive as étnico-racistas” (PIMENTA, FUSARI, ALMEIDA, 2005, p. 12).

Acreditamos que a flexibilidade para a avaliação da aprendizagem do aluno e para a organização do ensino, assim como a possibilidade do aluno com necessidades especiais freqüentar, preferencialmente a rede regular representam ganhos da LDB/96 na direção da educação inclusiva, pois se “as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão” (MANTOAN, 2003, p. 91).

Os dados empíricos evidenciaram o processo de municipalização como positivo, visto que os professores pesquisados destacam o trabalho desenvolvido na escola pública municipal quando a comparam com a escola pública estadual e a escola particular. Na comparação da escola pública municipal com a estadual, apontam as mudanças em relação às condições de trabalho, ao suporte material, ao apoio pedagógico e à maior proximidade entre professor e Secretaria Municipal de Educação. Quanto à comparação entre a escola pública e a particular, eles afirmam que esta tem como objetivo preparar para o vestibular, o que a torna uma escola conteudista, na qual o professor é um dador de aulas, que deve cumprir em tempo cronometrado uma apostila elaborada por técnicos. Em contrapartida, a escola pública tem objetivo de formar o cidadão e proporciona autonomia ao trabalho do professor polivalente, possibilitando a interdisciplinaridade.

Na entrevista reflexiva, os professores mencionaram algumas políticas desenvolvidas nos municípios que podem se caracterizar como possibilidades e propostas para outras Secretarias de Educação.

Quanto ao investimento na formação contínua dos professores, articulando espaços “fora e dentro” da escola, os professores enfatizam o estímulo da Secretaria Municipal em propiciar a participação em congressos e cursos em diferentes municípios, mas principalmente, a possibilidade efetiva de momentos coletivos de discussão, reflexão, troca de experiências e planejamento no espaço da própria escola, através do HTPC e do preparo coletivo de aulas. Atividades que demonstram “transformações nas condições efetivas de trabalho do professor na escola, garantindo espaços nos quais os docentes possam-se reunir e discutir o próprio trabalho, problematizando-o, como um meio para o seu próprio aperfeiçoamento” (FUSARI, 1990, p. 51). Ações como essas possibilitam o trabalho coletivo, a construção coletiva do projeto político pedagógico e amenizam o individualismo, uma característica que não é pessoal dos professores, mas sim uma consequência da organização da escola e do trabalho que não permite a colaboração entre os docentes.

Outros avanços apontados pelos professores em virtude do processo de municipalização referem-se às questões de organização do trabalho docente, como a redução do número de alunos nas salas de aulas, a presença do professor-estagiário em todas as escolas municipais nos dois períodos e a compreensão da escola como espaço prioritariamente pedagógico, mediante a transferência das secretarias das escolas para a Secretaria Municipal de Educação.

Ressaltamos que essas propostas vivenciadas pelos professores pesquisados, infelizmente não se efetivam em todas as escolas públicas dos anos iniciais. São propostas ou práticas que, podemos dizer, funcionam como exceções no cenário nacional.

Constatamos, através da pesquisa teórica e empírica, a existência de avanços na escola pública brasileira, além de experiências que têm contribuído para garantir sua melhor qualidade. Contudo, verificamos que os ganhos mais significativos relacionam-se com as nossas legislações educacionais. A história educacional brasileira montou-se através de muita discussão e de uma ampla legislação educacional, que em sua maioria tem se tornando letra morta em inúmeras escolas. Assim a construção de uma escola pública democrática, inclusiva, crítica, reflexiva e de qualidade de fato para todos, é ainda hoje, um enorme desafio.

A qualidade do ensino proporcionado às crianças na escola pública constitui-

se no nosso maior desafio e essa informação não se restringe ao meio acadêmico, mas a mídia, os professores, os pais, os alunos e a população de um modo geral têm conhecimento dela.

Outro aspecto que merece destaque na reflexão sobre a escola pública são os principais desafios, que na visão dos professores pesquisados referem-se à realidade social das crianças, à ausência da família na vida escolar dos filhos e à ampliação do papel da escola na questão social.

Para os professores, o maior desafio é atuar com crianças que vivenciam diariamente uma realidade perversa, sem as mínimas condições de uma vida digna e saudável. Elas que, em alguns casos, são rodeadas pela criminalidade e pela prostituição. Realidade assustadora. Como formar cidadãos na escola se as crianças e suas famílias não possuem as mínimas condições de sobrevivência? Como mudar essa perversa realidade que os professores polivalentes enfrentam diariamente?

A ausência da família na vida escolar dos filhos é outro desafio da escola pública. Ela traz como consequência a falta de limites, o desinteresse dos alunos pelos estudos, o descumprimento das regras da escola e das regras mínimas de boa convivência social. Os pais justificam-se em virtude do trabalho, mas para muitos professores essa não é uma justificativa real, pois na realidade alguns pais acreditam que a escola tem a função de educar seu filho em todos os aspectos.

A ampliação da especificidade da escola dos anos iniciais é apontada como desafio por alguns professores, visto que, para eles, a escola tem priorizado o assistencialismo em detrimento de seu papel essencial que é transmitir conhecimentos básicos (a leitura, a escrita e o cálculo).

Nesse aspecto, torna-se essencial refletir qual é o papel dessa escola no atual contexto educacional. Defendemos que a escola pública tem como papel fundamental a socialização do saber historicamente acumulado, garantindo a todos a posse dos conhecimentos que foram e estão sendo construídos pelos seres humanos ao longo da história. Essa socialização não significa apenas mera transmissão da herança cultural dos antepassados, mas representa um processo em que esses conhecimentos possam ser inovados, modificados e transformados num movimento sem fim, em que há a gestão do novo e a ruptura com o velho.

A escola como instituição social representa o espaço propício para humanização, para formar pessoas críticas e reflexivas, capazes de entender seu papel como sujeito histórico, como cidadão transformador que compreende criticamente a sociedade em que vive e reflete acerca de sua atuação sobre ela.

Buscamos contribuir para a construção de uma escola que assegure à classe

trabalhadora requisitos indispensáveis para sua ação participativa na transformação da sociedade. Esse papel transformador da escola “consiste na sua possibilidade de proporcionar às massas populares o acesso aos conhecimentos e à habilidades teóricos e práticos necessários para uma compreensão científica, rigorosa e crítica da realidade em que vivem, tornando-as, assim, melhor instrumentalizadas para a luta pela sua libertação” (SILVEIRA, 1995, p. 25).

Atualmente, a escola e os professores têm outro grande desafio que é possibilitar aos alunos trabalhar com os conhecimentos, analisando-os, confrontando-os, contextualizando-os e reconstruindo-os com sabedoria. Isso deveria ocorrer mediante um trabalho coletivo e interdisciplinar, numa perspectiva de inserção social crítica e transformadora.

Diante do papel da escola dos anos iniciais, destacamos o professor polivalente. Esse profissional, assim como todos os demais que atuam em diferentes níveis de ensino, é um ser humano, é um homem que ao transformar a natureza, transforma a si e aos outros homens, numa cadeia em que as relações sociais são modificadas. O ser humano que atua como professor tem a possibilidade de transformação, visto que sua profissão tem como objetivo a formação de outros seres humanos, uma atividade complexa para a qual se exige uma formação sólida e qualificada, não apenas inicial, mas contínua, que lhe dê condições de enfrentar os inúmeros desafios que o contexto educacional apresenta diariamente nas escolas.

Entendemos que o professor deveria ser um sujeito consciente das influências que sofre e, principalmente, consciente de suas possibilidades de influenciar o seu contexto e de transformá-lo. Sujeito que se encontra em constante processo de formação e atua diretamente formando novas gerações, numa instituição que merece destaque por ser responsável pela educação intencional e sistemática da população, que é a escola.

Como ser humano, o professor faz escolhas. Alguns professores fazem unicamente o que é previsto pelas normas oficiais, cumprem o papel estabelecido para a sua profissão. Outros, entretanto, compreendem-se como agentes sociais e se comprometem com a transformação da sociedade em benefício da classe trabalhadora, e tomam “um tempo considerável, até mesmo invadindo sua vida particular, as noites, os fins de semana, sem falar das atividades de duração mais longa, como cursos de aperfeiçoamento, de formação específica, atividades paraescolares ou sindicais, das associações profissionais, dos clubes esportivos para jovens, etc.” (TARDIF, LESSARD, 2005, p.113).

Quando indagamos os sujeitos pesquisados sobre o significado de ser

professor polivalente, o aspecto mais ressaltado foi o domínio das áreas do conhecimento do currículo nacional dos anos iniciais, além do destaque para o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar. Entretanto, muitos professores mesmo sendo polivalentes afirmam que focalizam em seu trabalho principalmente as áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Importante destacar que essas áreas são as que compõem as avaliações externas atualmente e também são as que possuem maior carga horária nas matrizes curriculares. É interessante ressaltar que os professores destacam a interdisciplinaridade, mas em seus exemplos percebe-se certa dificuldade em compreender o significado e a prática dessa proposta.

O papel principal do professor polivalente, mencionado nos dados empíricos, é a formação integral da criança, com o destaque para ensinar a ler, escrever e contar, que envolve as áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Para alcançar esses objetivos exige-se gostar da profissão, ter compromisso, ser responsável, ser dedicado. Alguns apontam também ser necessário ter o “dom” para ser professor polivalente. Em virtude das mudanças sociais os professores apontam que atualmente se vêem obrigados a assumir, junto aos alunos, diversos e diferentes papéis: mãe, pai, psicóloga, amiga, companheira.

Observamos que ser professor é ter clareza que seu papel envolve o ensinar, o aprender e o formar seres humanos, o que exige uma interação face a face.

No exercício da docência nos anos iniciais, buscamos identificar as maiores alegrias e dificuldades que os professores polivalentes enfrentam em sua atuação profissional.

Nesse momento, foi possível perceber como a profissão de professor tem em si algo ambíguo, pois mescla diariamente sentimentos muito diversos. Em um mesmo dia, em uma mesma turma, com um mesmo aluno o professor vivencia o sentimento de alegria com seu desenvolvimento em uma atividade, mas, de repente, entristece-se com uma atitude dele ou mesmo se revolta com as condições de vida desse aluno.

Para Tardif e Lessard (2005, p. 283) a profissão de professor é a mais bela profissão do mundo, “é um ofício feliz, uma profissão bonita [...] a felicidade no trabalho vem da alegria de trabalhar com crianças, jovens, de ajudá-los, de vê-los progredir, mudar, aprender, instruir-se, fazer descobertas [...]”.

Segundo os professores pesquisados a maior alegria em ser polivalente consiste na interação com a criança, no conviver com sua espontaneidade, no constatar os avanços e o desenvolvimento da criança no processo ensino-aprendizagem. O amor das crianças e o sentimento de ajudá-las são temas

significativos na fala dos professores pesquisados, que evidenciaram a alegria em contribuir para a formação de seres humanos, da nova geração que atuará na sociedade. Percebe-se que a relação com as crianças transforma-se em motivação para continuar na docência, pois é uma relação direta, autêntica e afetiva, na qual ensinar representa um trabalho emocional, que se constitui por um ideal de serviço, “onde é preciso apoiar, até mesmo ‘salvar’ o outro, acreditar nele e fazer aparecer seu potencial” (TARDIF, LESSARD, 2005, p. 153).

Notamos que, enquanto os aspectos que mais agradam na docência dos anos iniciais se concentram em poucas alternativas, os aspectos de dificuldades se distribuem em vários itens, o que nos possibilita supor que “as fontes de satisfação são mais reduzidas e delimitadas- mais facilmente nomeáveis-, enquanto as fontes de frustrações têm um espectro mais amplo, com uma atuação mais difusa, porém mais forte pela somatória delas” (GATTI, 2000, p. 62). Ou mesmo, que as fontes de satisfação concentram-se na interação face a face com o outro ser humano, mas que nesse processo de interação entre seres humanos diferentes surgem as dificuldades de diversas naturezas.

A profissão de professor é uma atividade complexa que impõe inúmeras dificuldades. Na pesquisa teórica, evidenciamos algumas dificuldades como a desvalorização da profissão, a árdua tarefa de atuar diretamente na formação de seres humanos, a tomada de decisões sem tempo para reflexão, a desvalorização salarial, a necessidade constante de adequar-se às mudanças metodológicas e sociais, e a formação inicial e contínua dos professores, sendo que a primeira foi considerada por eles, quase sempre, como incompleta e insatisfatória.

As mais relevantes dificuldades apontadas pelos professores pesquisados para trabalhar atualmente na docência dos anos iniciais, concentram-se prioritariamente sobre a ausência da família na escolaridade do filho, a diversidade dos alunos em virtude da democratização do ensino e, em menor intensidade, os cursos de formação de professores e a desvalorização da escola pública e do professor.

A ausência da família na educação dos seus filhos foi tema de inúmeros comentários dos professores, que focalizam basicamente o desinteresse dos pais, a ausência de limites e regras em casa, a não compreensão do papel da escola na formação da criança. Atitudes que os pais justificam pela ausência de tempo em virtude de trabalho. Percebemos que a culpabilização da família foi destaque também quando os professores pesquisados apontaram os desafios da escola pública. Acreditamos que esse aspecto exige um aprofundamento

A diversidade dos alunos na escola pública deve-se ao processo de democratização do ensino, que possibilitou o direito à educação para todos, o que, sem dúvida, foi um avanço na história educacional deste país. Graças a essa diversidade, os professores mencionam dificuldades em trabalhar com crianças com diferentes ritmos de aprendizagem e, principalmente, com aquelas, em virtude das condições familiares, apresentam dificuldades na leitura e escrita, agressividade e desinteresse.

Trabalhar com a diversidade significa também observar que o professor atua no coletivo, mas visa atingir o individual, que é o aluno. Contudo, esse é um sujeito único diferente dos demais que compõem a sala de aula. Como ensinar a turma toda? Reside aí o grande desafio para o professor. Ensinar a turma toda é uma proposta na construção de uma escola inclusiva, que exige abandonar o ensino transmissivo e adotar uma pedagogia dialógica, interativa, que deve partir do ponto de que todo aluno pode aprender, “mas no tempo e do jeito que lhe é próprio [...] é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista nunca de buscar meios para ajudá-lo a vencer os obstáculos escolares” (MANTOAN, 2003, p. 70).

Lidar com essa “diversidade, assegurando a aprendizagem da leitura e da escrita em situações tão heterogêneas é o desafio que está posto à comunidade educacional” (PIMENTA, FUSARI, ALMEIDA, 2005, p.4). A escola tem demonstrado a incapacidade de trabalhar com aqueles que não possuem uma base cultural não legitimada no mundo das letras, do conhecimento sistematizado. Esse desafio não é apenas responsabilidade do professor dos anos iniciais, mas é de todos, é “da escola inteira e, nessa medida, precisa ser assumido pela coletividade escolar, na confluência de ações com os alunos, os pais e a comunidade” (PIMENTA, FUSARI, ALMEIDA, 2005, p. 5).

A desvalorização da escola pública e do professor foi apontada como uma dificuldade. Ela envolve a questão salarial, as condições de trabalho, a estrutura cruel e seletiva do sistema educacional, a situação dos professores contratados, a metodologia dos concursos que priorizam o conhecimento em detrimento da prática.

A reflexão sobre as dificuldades apontadas até aqui permite-nos afirmar que a docência transformou-se em um trabalho extenuante e difícil, sobretudo no plano emocional e cognitivo. No plano emocional, em virtude dos alunos estarem mais difíceis, do empobrecimento das famílias e de seu afastamento das escolas, do desmoronamento dos valores tradicionais. E no plano cognitivo, devido à heterogeneidade das clientela com necessidades de uma diversificação das

estratégias pedagógicas, multiplicação das fontes de conhecimento e de informação (TARDIF, LESSARD, 2005).

Outra dificuldade apontada foram os cursos de formação em nível superior, pois na opinião dos professores pesquisados, os cursos que freqüentaram, com destaque para os cursos de Pedagogia, não possibilitaram o desenvolvimento do trabalho docente com qualidade nos anos iniciais, principalmente devido a desarticulação entre teoria e prática.

Diante dessas considerações, defendemos a urgente necessidade de uma formação qualificada, consciente e contínua seja dos futuros professores, seja para aqueles já atuantes nas escolas. Acreditamos na interdependência entre o nível de qualificação do professor e as boas condições de trabalho e o aperfeiçoamento da qualidade dos padrões do ensino.

Encontramos uma realidade educacional desafiadora para o professor polivalente dos anos iniciais da escola pública, cujos cursos de formação de inicial e contínua se apresentam precários, fragilizados e descontextualizados, com sérias dificuldades para formar o professor intelectual crítico reflexivo.

Compreendemos que a formação do professor intelectual crítico reflexivo, assim como qualquer outra proposta, nada mudará sem uma alteração nas condições de trabalho dos professores. Além de uma formação inicial e contínua qualificada, defendemos também, efetivas condições de trabalho ao professor polivalente dos anos iniciais. É importante que ocorram transformações nas condições objetivas de trabalho desses profissionais, que assegurem espaços de reflexão, discussão, trabalho coletivo e problematização da própria prática docente.

Fica evidente a ambigüidade na profissão de professor, visto que ele tem um papel fundamental na formação das novas gerações, mas simultaneamente não lhes possibilitam condições efetivas para desenvolver esse papel, devido a ausência de uma formação inicial e contínua de qualidade, além de boas condições de trabalho.

Fica evidente que o espaço da educação escolar constitui apenas mais um exemplo do descaso do poder público para com os serviços essenciais a que a população tem direito, como moradia, saneamento, saúde, segurança, trabalho, lazer, etc.

Sabemos que para mudar esse cenário educacional precisamos de políticas públicas educacionais sérias e compromissadas com a qualidade do ensino popular em longo prazo. Em oposição, os líderes e/ou técnicos que ocupam cargos de decisão estão mais interessados em ações que lhes permitam recompensas imediatas, por isso “priorizam as políticas e criações de grande visibilidade e de fortes

efeitos eleitorais. Daí porque a educação deveria ser uma questão de Estado e não de governo” (MARCÍLIO, 2005, p. 437). Essa atitude é reforçada com a “descontinuidade que tem marcado a política educacional, o que conduz ao fracasso as tentativas de mudança, pois tudo volta à estaca zero a cada troca de equipe de governo”. Na verdade cada governante quer fazer a *sua* reforma. Com isso interrompe o que havia sido iniciado na gestão anterior e a educação fica marcando passo e as conseqüências recaem sobre a população que vê indefinidamente adiado o atendimento de suas necessidades educacionais (SAVIANI, 1997, p. 208).

A elaboração de uma política pública séria e compromissada de fato com a qualidade do ensino precisa considerar a imensa diversidade brasileira. Buscar e sonhar uma escola pública de qualidade para os anos iniciais é um desafio ao pensarmos nos “brasis vários em que nos dividimos”, como afirmou Freire (1961, p. 27). Essa multiplicidade é determinada pelas disparidades de desenvolvimento econômico-sócio-cultural das regiões brasileiras. De um lado regiões altamente desenvolvidas e, de outro, regiões de extrema pobreza e isolamento, ou seja, a sociedade brasileira oscila desarmoniosamente entre extremos.

Nossos governantes cinicamente demonstram desinteresse para com a educação pública, assim como para outros direitos assegurados por nossas leis aos cidadãos brasileiros, como moradia, saúde, lazer, transporte. Fato que nos leva a desenvolver pesquisas e a denunciar o descaso do Estado com a educação, além de motivar uma ação enérgica da sociedade civil para cobrar que o Estado cumpra seu dever, que é proporcionar um ensino público de qualidade para todos. Como dever não seria preciso reivindicá-lo, mas não resta outro caminho que não “lutar por um direito que ainda não se fez real” (PARO, 1995, p. 331).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

FREIRE, Paulo. Escola Primária para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, São Paulo, v.XXXV, n. 82, p. 15-33, abr/jun.1961.

FUSARI, José Cerchi. **Formação Contínua de Educadores:** um estudo de representações de coordenadores pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Relatório. 1997. p. 156-200.

GATTI, Bernardete. **Formação de professores e carreira:** problemas e movimentos de renovação. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. 119p. (Coleção

Formação de Professores).

LEITE, Yoshie Ussami Ferrarli; DI GIORGI, Cristiano A. G. Saberes docentes de um novo tipo na formação profissional do professor: alguns apontamentos. **Educação**, v. 29, n. 2, p.135-145. 2004.

LOPES, Elaine Marta T. O ensino público e suas origens. **ANDE** (Revista da Associação Nacional de Educação), n. 5, p.5-7. 1982.

MANTOAN, Maria Teresa E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**São Paulo: Moderna, 2003. 95p.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005. 485p.

MONLEVADE, João. Evolução Histórica da Educação no Brasil. In:_____. **Educação pública no Brasil: contos e descontos**. Cirlândia, DF: Idéias Editora, 1997. p. 13-50.

PARO, Vitor. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1995.

PIMENTA, Selma; FUSARI, José; ALMEIDA, Maria Isabel. **Cadernos de Formação: Projeto Professor de 1ª a 4ª série- Alfabetização**. São Paulo: APEOESP, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. 238p.

SILVEIRA, Renê J. T. O professor e a transformação da realidade. **Nuances-** Revista do Curso de Pedagogia, Faculdade de Ciências e Tecnologia- UNESP, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 21-30, set. 1995.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Tradução João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.